

# DOUTOR CAMARGO, MÉDICO, TOPÔNIMO E A ARTE PERDIDA DE NOMEAR CIDADES

## DOCTOR CAMARGO, DOCTOR, TOPONYMY AND LOST ART OF NAMING CITIES

Marcia Regina de Oliveira Lupion<sup>1</sup>  
José Carlos Gimenez<sup>2</sup>  
Lúcio Tadeu Mota<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo discute como são escolhidos os nomes de cidades a partir do caso do município de Dr. Camargo, Estado do Paraná. Conceitos como *nomes geográficos* e *topônimos* são explicitados no sentido de informar sobre como as localidades são denominadas pela cultura Brasileira. E, o fundamento teórico, assenta-se na perspectiva da História Regional no que tange ao estudo de particularidades relativas a cidades e sua constituição sócio-histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nomes de cidades. Doutor Camargo. História Regional.

**ABSTRACT:** The article discusses how city names are chosen, based on the case of the municipality of Dr. Camargo, in the State of Paraná. Concepts such as geographic names and toponyms are explained to inform how locations are named within Brazilian culture. The theoretical foundation is based on the perspective of Regional History regarding the study of particularities related to cities and their socio-historical constitution.

**KEYWORDS:** City names. Doctor Camargo. Regional History.



10.23925/2176-4174.v3.2024e67889

Recebido em: 08/08/2024.

Aprovado em: 04/10/2024.

Publicado em: 04/10/2024.

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual de Maringá. Universidades Estaduais do Paraná e Universidade Estadual de Maringá (UNESPAR e UEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4907-9955> E-mail: [mrolupion2@gmail.com](mailto:mrolupion2@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Universidade Estadual de Maringá (UEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7358-8392> E-mail: [jcgimenez@uem.br](mailto:jcgimenez@uem.br)

<sup>3</sup> Doutor em História pela Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Assis). Universidade Estadual de Maringá (UEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7064-1389> E-mail: [ltmota@uem.br](mailto:ltmota@uem.br)

I

Estudos sobre histórias de cidades envolvem mais do que prescrutar arquivos empoeirados e álbuns de fotografias recheados de lembranças e afetos. Quase sempre demandam a tentativa, nem sempre profícua, de informar a população sobre quais foram as primeiras manifestações que permitam conhecer instantes que marcaram o tempo dos primórdios do município em relevo. Saberes que recheiam um tempo pretérito, lacunas que são preenchidas com memórias que complementam a narrativa daquele ontem que faz parte do hoje, da história da cidade que se vive. Uma das manifestações que mais intriga os moradores são os nomes dados às cidades. Quem os teria escolhido? Perguntam. Caso derivem de acidentes geográficos, como rios e montanhas, é possível depreender aspectos da motivação e preferência nominal e, quando fazem referência a um tipo de rocha específico, paisagens naturais locais ou características do solo, a própria denominação indica sobre as razões da escolha. Em menções ao vocabulário indígena parte do significado se autoexplicita quando analisado sob o escrutínio da linguística, mas, quando fazem parte do jargão hagiotopônimo, ou seja, de nomes vinculados a certos santos, santas e são, o sentido necessita de maiores explicações como o estudo histórico político e cultural dos migrantes e imigrantes que se estabeleceram no local, bem como quando homenageiam determinadas personalidades. E assim, os sentidos e significados são dados.

É fato, no entanto, que são os seres humanos os responsáveis por essas identificações geográficas e que o fazem a partir de suas interações com a natureza do entorno, aspectos culturais, históricos, etnográficos, políticos, sociais, georreferenciais, composição do solo, das rochas, homenagens póstumas, demonstração de poder entre outros, transformando-os em símbolos e representações com sentidos diversos e com o objetivo de identificação espacial. Sendo múltiplos os motivos que levam à escolha de uma denominação e, dado o caráter simbólico dessas eleições, é comum pesquisas históricas partirem desses batismos para refletirem sobre a constituição de uma cidade, encontrando nesse tópico respostas que permitam compreender a fundação municipal como um empreendimento que extrapola a história local, adentra a história social, se insere na trama do país e, por vezes, da geopolítica mundial.

Considerando essas singularidades, esse artigo tem como proposta investigar os motivos que levaram à eleição do médico paulista Antônio Cândido de Camargo a se tornar a personalidade homenageada quando do batismo do município paranaense de Dr. Camargo instituído como patrimônio no ano de 1948. Dr. Camargo foi uma das 62 localidades fundadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a CMNP, empresa que comercializou parte no Norte e Noroeste paranaense entre os anos 1925 e 1970, aproximadamente. Dr. Camargo foi instalado como município em 02 de março de 1964 por meio da Lei Estadual nº 4.842 (Ferreira, 1999, p. 248), e, tornou-se o 26º município criado pela Companhia (1977, p. 224) com área de 115km<sup>2</sup>. O livro produzido em comemoração ao cinquentenário da Companhia não informa sobre os motivos que levaram à escolha do médico para nomear o patrimônio e depois município de Dr. Camargo, mas, registra a forma como se davam os batismos das aguadas, patrimônios e cidades pelos funcionários da empresa sem detalhar como se dava a eleição de determinadas personagens da sociedade Brasileira para esse fim. Quando o homenageado fez parte dos diretores da Companhia o sentido de manutenção da memória e celebração de seus méritos na empresa é algo evidente, no entanto, quando o escolhido não faz parte do currículo formal de funcionários, resta investigar como são comumente constituídas as denominações no território Brasileiro para, comparativamente, por aproximação ou por inferência, cogitar acerca das razões pelas quais, por exemplo, um médico com rara ou sem identificação alguma com a região e, aparentemente com a empresa, foi homenageado como nome de município.

Estes questionamentos conduziram à busca por informações sobre o médico Antônio Cândido de Camargo e as pesquisas, em sua maioria feitas por meio de documentos disponíveis na internet e no site da prefeitura de Dr. Camargo, revelaram a relevância do médico para os estudos e tratamentos na área da oncologia quando ambos ainda se encontravam em fase inicial e pouco contribuíram para identificar a trajetória do médico à constituição municipal. O mesmo tendo ocorrido junto à narrativa contida no livro da CMNP sobre a forma como eram nomeados os espaços físicos nos mais de 545 mil alqueires sob sua responsabilidade. Os únicos documentos que mencionam o envolvimento do médico com a região e a Companhia são uma revista digitalizada datada do ano de 1984 e um trabalho acadêmico produzido em 2009 por professoras que finalizavam o curso Normal Superior na

Universidade Estadual de Maringá, ambos disponíveis no site da prefeitura municipal e sem especificação das fontes que mencionam o médico.

Sob orientações da história regional busca-se relacionar a criação do município a uma empresa de maior vulto iniciada na década de 1920 pelo governo estadual ao trazer reflexões acerca do movimento de ocupação populacional e da exploração econômica do interior paranaense, notadamente do Norte e Noroeste. Fato que se estendeu até os anos 1970, quando são criados os últimos municípios pela Companhia. Por suas especificidades, a abordagem regional tem a vantagem de oferecer uma articulação entre um espaço particular, uma região, dentro de uma determinada organização social mais ampla, uma nação por exemplo, e permite conhecer detalhes que poderiam ser perdidos, ou considerados irrelevantes, em análises de síntese. Sobre isso, Janaína Amado explica que surgem

(...) novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular (Amado, 1990, p. 12).

A abordagem contribui ainda para que seja posto em foco a história dos marginalizados e os momentos de opressão e exclusão presentes nos processos históricos. Logo, a história regional torna-se um excelente modelo explicativo por orientar as pesquisas a investigar, observar, analisar e criticar processos históricos narrados como hegemônicos. Processos esses que, sob a luz de particularidades concretas, se mostram excludentes para narrativas outras que não as pertencentes às elites, sejam elas locais, estaduais e mesmo nacionais. A narrativa sobre a escolha do nome do município de Dr. Camargo, sobre o povoamento do Norte e Noroeste paranaense sob o domínio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná será abordada a partir desses pressupostos.

Considerando essas particularidades, será feita uma breve descrição sobre a forma como são escolhidos os nomes que levam a identificação de determinados locais bem como o levantamento de hipóteses sobre a escolha da personagem do doutor Antônio Cândido de Camargo para nomear o município. Nesse sentido, esse texto informa sobre o quão diversas são as formas como as denominações ocorrem, sendo a preferência por determinada personalidade apenas uma delas. Informa ainda, que não havia um critério específico para a escolha dos nomes por parte da

Companhia e que essa demanda era deixada a cargo dos funcionários quando havia a banalização do processo devido aos critérios utilizados.

Com base nas múltiplas formas com que os espaços geográficos são denominados, o artigo prescrua sobre o conceito de “nomes geográficos”, grafia contemporânea que se refere às denominações dadas aos espaços físicos na face da Terra com base em estudos toponímicos realizados por especialistas na área e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Esse prescrutar objetiva demonstrar singularidades sobre como são constituídos os nomes geográficos na cultura Brasileira que privilegia denominações que façam menções à natureza do entorno, à cultura da população local ou a uma prática ou uso denominacional já estabelecidos. Saberes incorporados, expandidos de maneiras particularizadas e até mesmo vulgarizados pela companhia colonizadora.

## II

Estudos sobre os nomes de cidades revelam a existência de uma diversidade de fatores que levam à preferência por determinadas denominações municipais, ou *nomes geográficos e/ou topônimos* e, como forma de colaborar com dados sobre os municípios Brasileiros, o IBGE, lançou no ano de 2011, o Índice de Nomes Geográficos do Brasil (Brasil, 2011). Documento disponível online e que traz informações sobre mais de 50 mil *nomes geográficos*, ou seja, ao nome dado a uma *feição* na Terra, que nada mais é do que a compreensão de vários sentidos como lugares povoados como cidades e vilas; divisões administrativas como Estados, municípios, distritos e bairros. O conceito abarca ainda feições naturais nas quais predominam cursos de água, montas, cabos, lagoas e mares; feições construídas como barragens, aeroportos e autoestradas e, “lugares sem limites precisos ou áreas com significado local específico (quase sempre religioso), como pastagens, áreas de pesca e lugares sagrados” (Brasil, 2011). O objetivo dessa produção é ampliar o conhecimento sobre os nomes geográficos de forma a padronizar as grafias e torná-las oficiais priorizando características dos nomes geográficos com destaque para a “grafia padronizada, limites territoriais, coordenadas, e aspectos históricos, geográficos e cartográficos” (Brasil, 2011). Já o termo *nome geográfico* é definido como sendo um nome próprio que pode ser formado por uma palavra específica ou uma combinação de palavras ou expressões usuais e consistentemente utilizadas “na

língua para se referir a um lugar, feição ou áreas específicas, tendo uma identidade reconhecível na superfície da Terra” (Brasil, 2011). É comum ainda o uso do termo *topônimo* como referência para nomes geográficos, termo que inclui em seu contexto explicativo nomes ligados a eventos extraterrestres como os aplicados para feições da Lua ou de outros planetas (Brasil, 2011). Eclipse da Lua, cachoeira localizada no Piauí ou Nova Estrela, povoado rondoniense, são exemplos de topônimos vinculados ao universo extraterrestre.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, linguista especialista em toponímia, explica que na formação dos nomes geográficos existe uma relação de subordinação entre os termos genérico e o específico quando o termo genérico (determinado) subordinado a um termo específico (determinante) (Dick, 2007, p. 11). No Índice, o IBGE explicita a proposição feita por Dick quando informa que,

O termo genérico consiste na denominação genérica do elemento geográfico, físico ou antrópico que ocorre no contexto de um território, passível de ser referenciado geograficamente, enquanto o termo específico é a denominação específica que singulariza a identidade do elemento geográfico. Por exemplo, Rio Paraíba do Sul. Termo genérico: Rio; Termo específico: Paraíba do Sul (Brasil, 2011).

O Instituto retoma a importância que os nomes geográficos têm para as várias áreas do conhecimento sobretudo para a Geografia, a História e a Linguística que, por relacionarem o homem ao seu ambiente, investigações ligadas a essas áreas, não raro, partem dos nomes geográficos.

Desta forma, ao analisá-los [aos nomes geográficos], torna-se possível recuperar características sócio-histórico-culturais e físico-geográficas dos lugares que nomeiam e das populações a eles relacionadas. Por tudo isto, o nome geográfico caracteriza-se como um conjunto étnico, etimológico, histórico, referenciado geograficamente e inserido num contexto temporal (Brasil, 2011).

Para Dick, a *onomástica*, ao estudar os nomes próprios, informa que a predileção por determinados termos identificadores ocorre sob a orientação de “interditos de marcas, cujas causas originam-se nos próprios costumes e hábitos do grupo, definidores da macrovisão de sua cultura” (Dick, 1998, p. 99). Sob esse prisma, os nomes geográficos podem exercer um papel linguístico ao mesmo tempo de signo, de suporte de identificação, indicar pistas, sugerir caminhos interpretativos, bem como torna-se evidência de comportamentos extintos, de memórias

vivenciadas ou, como no presente caso, de pessoas cuja relevância em vida desejam que seja lembrada ou homenageada. Uma tendência coletiva pode resultar em um nome geográfico quando o grupo utiliza com frequência indicadores de localização como referência a determinados espaços como quando se refere a locais presentes na região como *praia do norte* (direção), *rio acima* (posição situacional), ou ainda *caminho do tatu* (caminhos físicos/animais), habitualmente acaba por nominar tais locais com base na constância em que tais representações são utilizadas.

São instantâneos, flagram o cotidiano como num flash filmográfico; a mensagem que transmitem codifica-se num enunciado evidente, sem possibilidade de dúvidas ou incertezas. Por isso se tornam arquetípicos, com valores e significação universais, de fácil reversibilidade intercódigos. As setas direcionais, as figuras representativas dos acidentes do terreno, as legendas dos mapas, são detalhes semióticos, ou “imagens que falam”, porque providas de um sentido, mesmo não-verbalizado (Dick, s/d).

Os nomes geográficos, portanto, resultam de uma relação antropocultural e histórica com o espaço uma vez que o sujeito cria identidades locais com base em seus conhecimentos, história e cultura, “deslocando-o da base linguística para a base onomástica, que é também histórica, geográfica, antropológica, social” (Dick, s/d). Os nomes geográficos bem como os topônimos, são resultado de ações e intensões humanas individuais ou de experiências coletivas que buscam orientação no espaço, enquanto *imagens que falam*, representam não somente lugares, mas, também costumes e identidades coletivas que se expressam pela subjetividade com que certos símbolos são construídos para nominar determinados espaços bem como encerram relações de poder por se constituírem em símbolos e representações de grupos que desejam sobreviver na lembrança coletiva.

Em estudo realizado no Estado de São Paulo no ano de 1989, Dick e sua equipe de pesquisadores da Universidade Paulista, analisaram os nomes geográficos de 573 municípios e sua identificação linguística. O estudo demonstrou que a preferência por determinadas nomenclaturas acompanhou, em alguns casos, o período histórico em que tais espaços foram constituídos como o reconhecimento dos assentamentos indígenas nas zonas de ocupação mais antigas do Estado e nas regiões sudeste e a sudoeste, com predomínio das línguas tupi e guarani. Já em regiões norte-nordeste, a tendência dos novos municípios instalados foi a adoção de nomes de origem portuguesa e de topônimos híbridos. O estudo revelou como referências os seguintes padrões nomes geográficos vinculados a certas etnias e movimentos de ocupação portuguesa. Na categoria *acidentes geográficos*, os destaques foram os nomes ligados à vegetação, aos animais, ao relevo, às águas ou

acidentes hidronímicos, às pedras e natureza do solo. No que tange ao universo da *religiosidade*, nomes de santos, sãos e santas, divinos ou sagrados são expressivamente encontrados no Estado, bem como *nomes próprios de pessoas* com ou sem títulos nobiliárquicos ou políticos que passam a nominar cidades ou municípios (DICK, s/d).

Os nomes geográficos adotados no Estado do Paraná em muito se assemelham a opções de nomenclaturas utilizadas em outros Estados. No caso do nome geográfico do município de Guarapuava, o IBGE|cidades (Brasil, 2023), informa que a denominação resulta da soma dos termos ligados ao léxico tupi-guarani onde, *guará*=lobo e *puava*=bravo, nome dado aos campos gerais, local em que predominavam as populações indígenas guarani. O topônimo São Jorge do Ivaí resulta da referência ao santo padroeiro que deu nome ao município quando este ainda era um povoado, o Povoado São Jorge sob a jurisdição do município de Mandaguçu. Posteriormente foi acrescido o termo *do Ivaí* devido à sua proximidade com o Rio Ivaí, demarcando dessa forma, sua localização no espaço geográfico, na malha hídrica estadual e na cultura religiosa católica predominante na população (Brasil, 2022a). Cidades como Braganey, localizada no sudoeste do Estado, são referências de nomes vinculados a personalidades políticas estaduais e, no caso, o nome do município faz menção ao ex-governador Ney Aminthas de Barros Braga, cujo mandato aconteceu entre os anos de 1979 a 1982. Instituída como município no dia 01 de fevereiro de 1983, dada a vigência da Lei n. 6.454 de 24 de outubro de 1974<sup>4</sup>, a cidade não poderia receber o nome do ainda vivo ex-governador, mas, numa jogada política, a junção do sobrenome ao prenome permitiu que a homenagem, ainda que às avessas, fosse feita (Brasil, 2022b).

César Felipe Cardoso, em dissertação defendida em 2020 sobre o papel da Sociedade Territorial Ubá Ltda no Vale do Ivaí, registra um caso interessante de mudança na denominação do município hoje conhecido como São João do Ivaí.

---

<sup>4</sup> A Lei n. 6.454, publicada no dia 24 de outubro de 1974, dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos. Em seu Art. 1º a lei informa que “É proibido, em todo o território nacional, **atribuir nome de pessoa viva** ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.” (Grifos nossos). BRASIL. Lei n. 6.454, de 24 de outubro de 1974. Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16454.htm#:~:text=L6454&text=LEI%20N%C2%BA%206.454%2C%20DE%2024,p%C3%BAblicos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16454.htm#:~:text=L6454&text=LEI%20N%C2%BA%206.454%2C%20DE%2024,p%C3%BAblicos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.). >. Acesso em: 01 jul. 2024.

Constituído pelo hagiotopônimo São João, numa referência ao santo católico São João Batista e, pelo recorte geográfico Ivaí, numa correspondência hidrográfica ao rio que dá nome ao Vale, a história da fundação do município remonta ao ano de 1945 e à chegada dos primeiros colonizadores à região. Grupo considerado gente de fé (católica), desbravadores do sertão, valentes na derrubada da mata, na abertura de picadas, na lida com animas selvagens e que, para sobreviver, praticaram a caça e ergueram plantações familiares (Cardoso, 2020, p. 36). Dentre esses primeiros colonizadores estava o comerciante Orozimbro Martins, responsável pelas primeiras construções que teriam dado origem ao futuro município. Ocorre que no ano de 1954, Orozimbro Martins vendeu os direitos territoriais de São João para o bispo José Martins Vieira. O bispo, em homenagem à sua mãe, mudou o nome da localidade para São João da Ocalina, o que trouxera descontentamento à população. No site do IBGE|cidades consta que teria havido uma segunda venda, ocorrida em período não especificado, na qual foi restituído o nome de São João ao ainda patrimônio (Brasil, 2022f). O responsável pela mudança foi o Senhor Durval Costa, comprador dos direitos territoriais do patrimônio, momento em que o hagiotopônimo São João é acrescido do referencial geográfico Ivaí (Cardoso, 2020, p. 37). Hélio Scicchitano e José Queiroz são memorialistas são-joanenses que acreditam que a retomada do nome inicial de São João do Ivaí se deve ao fato de que

Existiu gente de fé. Para desbravar o sertão. Gente que veio e foi. Gente que ficou. Com algumas alegrias e não poucas tristezas. Gente que abriu picadas, que trabalhou, que viveu, amou e construiu. Vencendo todos os desafios. Gente que plantou e colheu. Que formou e educou. Que fez o tempo correr numa escalada de amor ao progresso. Existe hoje São João do Ivaí (Scicchitano; Queiroz, 1980, p. 9 apud Cardoso, 2020, p. 37).

Nesse caso, o desejo de manter a memória sobre *o espírito empreendedor dos primeiros habitantes* de São João do Ivaí aparece como o elemento motivador da manutenção do nome do município, enquanto o hagiotopônimo faz referência à cultura religiosa da população inicial notadamente praticante do catolicismo. Elementos simbólicos que permitem que os habitantes do local se reconheçam e se identifiquem com o espaço em sua forma geográfica, histórica e cultural.

Ligado à administração pública e às letras, Telêmaco Borba foi o nome escolhido para renomear o distrito de Cidade Nova em 1963, sob a “influência do então Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, o Deputado Guataçara Borba Carneiro, neto do coronel tigabiano Telêmaco Augusto Enéias Morosini Borba” (Brasil,

2024). Nascido em Curitiba no dia 15 de setembro de 1840, Telêmaco Augusto Enéias Borba foi biografado por seu bisneto, Túlio Vargas, no livro *O maragato: a vida lendária de Telêmaco Borba*, publicado em 2001 (Vargas, 2008). Na obra, Telêmaco Borba é descrito como primeiro filho do capitão Vicente Antônio Rodrigues Borba, militar paranaense que atuou na vigilância da fronteira entre o Paraná e Santa Catarina durante a Revolução Federalista. Já adulto, Telêmaco é apresentado como autodidata e diretor do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara. Foi autor do *Pequeno vocabulário de línguas portuguesa e Kaingang*; do *Vocabulário das línguas Cayuguas e Chavantes* e, em 1904 passou a publicar, por dois anos, seus pensamentos no semanário *O Tibagi*. Por essas e outras contribuições, tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (Vargas, 2008). A escolha dessa personalidade administrativa, no entanto, teria contrariado grande parte da população que preferia que o nome da cidade fosse atrelado à indústria da celulose, haja vista a crença de que foi após a instalação das indústrias Klabin que a região teria conhecido elevado crescimento demográfico e econômico. De acordo com o historiador Maurício Gonçalves Margalho, as transações entre a *Klabin Irmãos e Cia.* e o Bando do Estado do Paraná estavam em andamento desde o ano de 1934, quando “a primeira compraria 114 mil hectares, localizada no município do Tibagi, interior do Paraná com o propósito de construir uma fábrica de celulose e papel imprensa” (Margalho, 2008, p. 79). Já instalada, a Klabin reorganizou o espaço para o atendimento às necessidades da produção incluindo residências destinadas aos funcionários nos arredores da indústria. Esse loteamento foi denominado Cidade Nova e se localizava no lado oposto da indústria e na margem esquerda do rio Tibagi, informa a historiada Ana Flávia Braun Vieira no livro “Para além do papel: o jornal *O Tibagi* e a construção do discurso fundador de Telêmaco Borba – PR”, publicado no ano de 2020 (Vieria, 2020). Apoiada pelo governo estadual, mediador das negociações em relação à compra do terreno e de incentivos à produção de celulose, e financiada pelo Banco do Brasil, a Klabin passou a ser considerada ou a se auto identificar como a grande mentora e construtora do progresso na região do Tibagi. Memória que foi sendo difundida por meio de diversas publicações como o Jornal *O Tibagi* e que sobrepujou as narrativas que informavam sobre grupos outros que exerceram domínio na localidade, como indígenas, tropeiros, bandeirantes, jesuítas e exploradores em geral que também são parte da história da região (Vieria,

2020, p. 48). Por sua participação as indústrias Klabin passaram a demarcar um momento de inflexão na história da região e, quando o nome “Telêmaco Borba” foi escolhido em 1964 para rebatizar o Distrito de Cidade Nova, o mesmo foi questionado pela população local que reconhece as narrativas sobre as indústrias Klabin como as mais adequadas para fundamentarem o nome da cidade encontrando pouca correspondência na biografia do homenageado bem como na narrativa histórica que remonta ao período anterior à chegada da família Klabin. A construção de memórias sobre o nome geográfico Telêmaco Borba envolve, portanto, duas motivações: a participação da indústria de celulose Klabin na região pós década de 1940, e o desejo pessoal do Deputado Guataçara Borba Carneiro em homenagear um familiar com referências ligadas ao período de ocupação da região pelo não indígena em fins do século XIX. Em maior ou menor medida, ambos buscaram na memória histórica, em eventos políticos, econômicos e nas relações de poder elementos justificadores para a escolha da denominação e, por motivos não explorados nesse artigo, Borba Carneiro teve melhor êxito.

A predileção por nomes geográficos escolhidos entre o rol de personalismos políticos locais foi estudada por Reginaldo Benedito Dias quando o historiador analisa simultaneamente a escolha do topônimo “Novo Centro” pela população local para denominar o projeto elaborado por Oscar Niemayer e batizado pelo arquiteto como “Complexo Ágora de Maringá” e a labiríntica definição acerca da escolha dos topônimos que nomeariam as avenidas “projetadas” por Niemayer e que iriam compor o Novo Centro, localizado na Quadra 51, Zona 1 da cidade. O caso refere-se ao planejamento institucionalizado pelo poder público municipal que tinha por objetivo reocupar a área central do perímetro urbano na altura do pátio de manobras da Rede Ferroviária Federal por meio do rebaixamento dos trilhos, construção de um túnel, a incisão de duas novas avenidas na malha viária local e prolongamento de dois logradouros já existentes. Em linhas gerais, a reocupação da Quadra 51 tinha por objetivo promover a interligação de avenidas e ruas centrais até então obstaculizadas pelo pátio da ferrovia e com isso facilitar o trânsito demográfico e de veículos, fato que foi definido por Said Felício Ferreira, gestor municipal no período, como o momento em que o projeto de reurbanização do Novo Centro tornaria Maringá “somente uma cidade” (Dias, 2022, p. 197). Atualmente as duas avenidas são conhecidas como Avenida Prefeito João Paulino Viera Filho e Avenida Advogado Horácio Raccanello

Filho, mas, como mostra o capítulo escrito por Dias, houve diversas hipóteses de homenagens que ou foram apenas esboçadas ou tiveram existência efêmera, tendo a situação sido concluída quase duas décadas após o início das modificações propostas de acordo com o planejamento para o Novo Centro, no ano de 2004.

Quanto à mudança no nome do projeto proposto por Niemayer, Dias explica que não se sabe se por estímulo de agentes políticos ou por efeito das narrativas criadas pelos jornalistas, o nome Novo Centro foi sendo divulgado e incorporado ao cotidiano da população em detrimento do nome “Complexo Ágora”, por vezes também intitulado Projeto Ágora (Dias, 2022, p. 190). Já as escolhas de determinadas personalidades para o batismo de duas avenidas construídas sobre e ao lado túnel que abriga a ferrovia nos dias atuais, revelam negociações envolvendo grupos divergentes, motivações políticas, simbologias e um conjunto de impedimentos, tratativas e complicações que acompanharam a eleição dos nomes personalíssimos com os quais, finalmente, as vias foram batizadas. Na trama das escolhas encontram-se ex-funcionários da ferrovia que reivindicavam um logradouro batizado com o nome do “pessoal da rede”; o então prefeito municipal, no ano de 1992, Ricardo Barros e servidores públicos municipais. Enquanto Ricardo Barros viu a possibilidade de perpetuar a figura de seu pai denominando uma das avenidas projetadas como Avenida Sílvio Barros, também ex-prefeito de Maringá, em 30 de dezembro do mesmo ano, servidores públicos municipais, em gesto simbólico e,

Em represália ao prefeito Ricardo Barros, com o qual estavam em litígio, os grevistas decidiram, ao revés da iniciativa oficial, homenagear outro personagem: o ex-secretário municipal Antônio Tortato, falecido recentemente. Os grevistas retiraram a placa oficial e escreveram o nome do novo homenageado em seu verso. Convertendo o verso na face da placa, introduziram um fato de significados complexos, a despeito da informalidade jurídica de seus atos (Dias, 2022, p. 194).

Embora significativas, as reivindicações feitas por ex-funcionários da ferrovia e por servidores municipais não conseguiram sensibilizar o poder público a ponto de interferirem na escolha do topônimo que viria a dar nome às avenidas assim como não se manteve a nomeação dada por Barros, explica Dias. Com o mandato iniciado em janeiro de 1993, o então prefeito Said Felício Ferreira teria feito a tentativa de manter o nome de Antônio Tortato, ex-funcionário da prefeitura escolhido pelos servidores municipais para dar nome a uma das avenidas, mas, sem sucesso. Ainda na gestão de Ferreira, estabeleceu-se como precedente que as novas vias e

alamedas criados no Novo Centro deveriam receber nomes dos ex-prefeitos Inocente Villanova Júnior; Luiz Moreira de Carvalho; Adriano Valente e João Paulino Vieira Filho. As justificativas para as escolhas toponímicas no rol de personalismos políticos locais estão no comprometimento dos administradores com o crescimento municipal, melhoria na condição de vida da população por meio da execução de obras e infraestrutura urbana adequadas registras na Mensagem de Lei n. 061/1995, de 14 de julho de 1995 (Dias, 2022, p. 198).

Entre os anos de 1992 e 2004, quando os topônimos das avenidas e alamedas presentes no Novo Centro foram institucionalizados, houve controvérsias legais envolvendo duplicidade de homenageados e a atribuição de denominações a pessoas vivas que tornaram o processo de nomeações bastante intrincado e moroso. Por exemplo, João Paulino Vieira Filho, prefeito por dois mandatos, ainda era vivo quando as tratativas acerca de sua escolha como nome de uma das avenidas projetadas foram aventadas, o que teria levado à escolha de Horário Raccanello Filho, advogado, professor universitário e ex-Secretário da Justiça do Paraná no governo de José Richa entre os anos de 1983 a 1986 a ser homenageado como o nome da avenida que fica sobre o túnel da linha férrea. Com a morte de João Paulino no ano de 2001, o impedimento legal à sua homenagem deixou de existir, de forma que a segunda via projetada entre as avenidas Paraná e São Paulo passou a levar o nome do ex-prefeito.

A premissa levantada por Dias de que as definições toponímicas permitem a manutenção seletiva de personagens ou fatos que devem sobreviver na lembrança por meio de vínculos com logradouros públicos e por isso devem ser compreendidas como mecanismos simbólicos de relevância para a construção da memória histórica (Dias, 2022, p. 188), corroboram e ampliam o exposto na presente discussão. A escolha toponímica ou os nomes geográficos são fruto de diversos fatores como os citados por Dick e pelos técnicos do IBGE, bem como são consequência de interesses diversos sobretudo no âmbito do poder político e suas representações simbólicas expostos por Dias. Longe de buscar na geografia ou na cultura local, o poder público maringense viu no projeto e na execução da reurbanização de um espaço nobre no município de Maringá a possibilidade de perpetuar determinadas figuras ligadas à administração local ou pertencentes a esse grupo. Não houve consulta à população sobre as escolhas toponímicas bem como não se fortaleceram discussões nas quais personalidades fora desse grupo, como representantes dos ferroviários ou dos

servidores públicos municipais, fossem ampliadas para além de meras conjecturas. Com isso, administração local impôs à história de Maringá o predomínio de biografias específicas por meio da nomenclatura atribuída a um espaço de intensa visibilidade para os habitantes locais, visitantes e estudiosos da história local.

Os exemplos apresentados confirmam o que Dick informa em seus estudos: que os nomes geográficos são resultado de relações antropoculturais e históricas entre os seres humanos e o espaço; que geram relações de identidade com esses espaços e tornam-se símbolos dos conhecimentos detidos pela população. Mas, esses mesmos exemplos demonstram que, em alguns casos, os nomes geográficos resultam de disputas pelo poder político e econômico por grupos ou indivíduos que buscam, na construção de memórias históricas quase sempre excludentes, demarcar seu espaço como agentes históricos com predomínio sobre determinadas cidades ou regiões.

### III

No Estado do Paraná, diversos nomes geográficos são fruto do batismo dado pelos funcionários das empresas colonizadoras aos municípios por elas fundados. Muitos receberam o nome de pessoas consideradas relevantes por indicação de familiares ou pela participação do homenageado na história do local, outros foram batizados com base em acidentes geográficos bem como em concordância com o conhecimento trazido por migrantes e imigrantes. São típicos desses exemplos cidades criadas por companhias colonizadoras como a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a CMNP, empresa que adquiriu, em duas etapas, aproximadamente 545 mil alqueires na região Norte e Noroeste do Estado (Companhia, 1977, p. 130).

A CMNP registrou que o batismo de povoados ou patrimônios era feito a partir do nome da aguada ou riacho mais próximo e, os municípios de Jussara, Marialva, Astorga, Jandaia, Floriano e Florai são exemplos dessa orientação da CMNP. Os riachos e aguadas, por sua vez, foram nominados pelo Departamento de Topografia que utilizou como referências “o dicionário guarani, a relação de acidentes geográficos dos países de onde vinham os imigrantes (Espanha, Portugal, Itália), bem como os nomes de santos, marcas de cigarro, de quadras de futebol, ou mesmo de namoradas e esposas dos agrimensores” (Companhia, 1977, p. 128). O livro traz ainda a referência aos municípios de Lobato (1948), Presidente Castelo Branco (1954),

Barbosa Ferraz (1955) e Dr. Camargo (1964), mas, em momento algum menciona os motivos que levaram à escolha dessas personalidades para os batismos municipais, mas, é possível depreender, como no caso de Lobato, que a criação do patrimônio ocorreu no mesmo ano da morte do ilustre escritor Brasileiro (Lupion, 2004); enquanto Barbosa Ferraz é uma referência ao empresário de terras Antonio Barbosa Ferraz Júnior proprietário da Companhia Agrícola Barbosa Ferraz (Guedes, 2017), e, por fim, o próprio Dr. Camargo, objeto de estudo no presente artigo.

A criação do município de Dr. Camargo decorre da formação do patrimônio homônimo, em fins da década de 1940 quando foram vendidos os primeiros lotes rurais pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, empresa fundada pela holding inglesa *Paraná Plantation Limited*, com sede em Londres e que passou a operar no Brasil por meio de um extenso planejamento de comercialização de propriedades rurais e urbanas na região (Piori, 2012, p. 138). No histórico do IBGE|cidades consta que o planejamento da área onde Dr. Camargo foi instalada começou a ser projetada entre os anos 1948 e 1950 quando foram abertas as primeiras estradas e vendidos os primeiros lotes rurais, sendo que os lotes urbanos foram comercializados a partir de 1951 (Brasil, 2023). Na zona rural, a Companhia manteve o padrão de organização do espaço dividindo em lotes de pequeno e médio porte, ação que a empresa autointitulou como uma reforma agrária racional e democrática, além de justa e pacífica, uma vez que possibilitava que agricultores com recursos escassos adquirissem suas propriedades parcelando o valor total junto ao banco conveniado, excluindo de sua narrativa, a reação de oposição de posseiros e indígenas que habitavam as terras consideradas devolutas.

Para Cecília Westphalen, o povoamento executado pela Companhia e por outras não citadas, faz parte de um processo ocupação do território paranaense iniciado ainda nos primeiros anos do século XX. Foi um movimento de colonização dirigida na qual o governo intencionava povoar o interior do Estado e para isso comercializou extensas porções terra cobertas de mata atlântica tanto a particulares quanto a companhias colonizadoras que deveriam explorar as concessões e realizar melhorias, sob pena de terem as concessões anuladas (Westphalen; Machado; Balhana, 1968). Movimento de expansão de pessoas, de mercadorias e do próprio capitalismo que ultrapassava limites de exploração da natureza, de povos indígenas e posseiros que habitavam os territórios que foram comercializados pelo governo.

Warren Dean manifesta sua indignação com essa exploração da natureza e humana registrando que a “companhia organizou uma força policial privada cuja atuação, propalava-se, não diferia da dos pistoleiros contratados por loteadores menos escrupulosos” (Dean, 1996, p. 195). E cronistas locais, como Ildeu Manso Vieira, narram em diversas passagens como agiam os agentes de terras da Companhia, os chamados “picaretas”. Homens que enriqueciam facilmente vendendo lotes aos compradores que chegavam a todo momento dos mais diversos estados Brasileiros e de outros países chamados então de “jacus”, denominação pejorativa que menciona um tipo específico de ave abundante na região naquele período. Muitos desses “jacus” eram ludibriados pelos picaretas com o conhecimento de funcionários da Companhia e, não raro, perdiam as economias de uma vida na compra de lotes inexistentes ou vendidos em duplicado (Vieira, 1999). Narrativas outras que divergem da memória pacífica, ordeira e harmoniosa que a Companhia deseja perpetuar em seu livro-homenagem.

Ao adotar a personalidade do médico cirurgião como nome geográfico, a história do município de Dr. Camargo passa a incorporar também a história do envolvimento do Dr. Antônio Cândido de Camargo com a saúde da população Brasileira desde o final do século XIX até 1947, ano de falecimento do médico. Nascido na cidade de Campinas, São Paulo, no sábado dia 6 de agosto de 1864, Antônio Cândido se formou em medicina no dia 2 de novembro de 1891, aos 27 anos de idade. Na ocasião defendeu a tese sobre enfisema espontâneo das submucosas em Genebra, na Suíça, mesma instituição em que foi assistente da disciplina de anatomia patológica e desenvolveu a prática cirúrgica. De volta ao Brasil, estabeleceu-se na cidade de Limeira, interior do Estado de São Paulo em 1893, onde trabalhou como chefe da cirurgia na Santa Casa de Misericórdia por 15 anos (Begliomini, 2022). O período de início das atividades médicas do Dr. Antônio Cândido coincide com a criação do Serviço Sanitário de São Paulo no ano de 1891. Política pública oriunda da recém proclamada República e que, de certa forma, dá continuidade “às atividades desempenhadas pela Junta de Higiene do Império” (Almeida; Dantes, 2001, p. 139). Órgão que deveria orientar o governo sobre assuntos de higiene e insalubridade e aplicar planos de melhoramentos do estado sanitário e de execução do regulamento sanitário. Além disso, o Serviço Sanitário era responsável pela Instituto Vacinogênico, órgão que fazia parte da Junta de Higiene e que produzia a vacina contra a varíola.

Instituição que criou o Laboratório de Análises Químicas, “responsável por análises de produtos alimentícios, bebidas, águas minerais e remédios” (Almeida; Dantes, 2001, p. 139); o Laboratório Farmacêutico em continuidade à Farmácia do Estado e, por fim, o “Laboratório Bacteriológico tinha como funções: primeiro, o estudo da microscopia e microbiologia em geral e, especialmente, o estudo da etiologia das epidemias, endemias, epizootias mais frequentes no país” (Almeida; Dantes, 2001, p. 139). Posteriormente o Laboratório viria a se chamar, Instituto Adolfo Lutz, em homenagem ao epidemiologista Brasileiro que se tornou responsável pela instituição durante os anos de 1893 a 1908 na cidade de São Paulo.

Os primórdios da prática médica do Dr. Antônio Cândido coincidem ainda com o momento em que o Brasil encetava as primeiras ações em relação ao processo de saneamento urbano sobretudo nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, capital nacional na época; São Paulo; Recife e Porto Alegre, por exemplo. Para o governo imperial extinto e, posteriormente o republicano, as habitações coletivas eram locais propagadores de doenças contagiosas e de vícios, como a ociosidade e, somente um projeto de higienização e de opressão aos vícios poria fim a alguns dos impedimentos para a construção de um Brasil *civilizado, ordeiro* e capacitado para a promoção do *progresso*. Ações que, embora significativas e com certa eficácia, “não levaram ao controle das epidemias, agravadas pela intensificação das trocas comerciais, pela entrada maciça de imigrantes e pelo crescimento desordenado dos centros urbanos” (Almeida; Dantes, 2001, p. 137). Nas três primeiras décadas do século XX, o Brasil era um país predominantemente rural, onde o contingente de analfabetos foi estimado em 70%, período em que o movimento sanitarista apregoava ser a população não só analfabeta, mas também, doente (Lima et al, 2005, p. 32). É um momento delicado no qual as elites Brasileiras viam as doenças que acometiam a população como um problema intrínseco aos indivíduos, sobretudo à população pobre, e não como um problema de saúde pública de responsabilidade dos governantes. E, com esse diagnóstico acerca dos problemas sociais e de saúde da população, iniciam-se os movimentos sanitaristas e as renovações no espaço urbano em muitas capitais Brasileiras.

É nesse clima de confiança na ciência que Antônio Cândido de Camargo desenvolve sua prática médica. Um ambiente intelectual no qual se acreditava que haveria uma “forma *científica* – isto é, *neutra*, supostamente acima dos interesses

particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais existentes” (Chalhoub, 1996, p. 35). Na biografia produzida pela Academia de Medicina de São Paulo, consta que Dr. Antônio Cândido de Camargo transformou seu serviço num centro de referência cirúrgica momento em que se dedicou à cirurgia ao mesmo tempo em que percebia o aumento de óbitos por tumores malignos entre os pacientes atendidos (Begliomini, 2022). Decorre dessas primeiras observações seu envolvimento com o cancro, como era então conhecido o câncer em fins do século XIX. A história mostra, entretanto, que o câncer era conhecido por persas, indianos e egípcios há mais de trinta séculos antes de Cristo (Teixeira; Fonseca, 2007, p. 13), sendo que somente no século IV a. C., estudiosos da escola hipocrática grega o definiram como um tumor duro que, muitas vezes, reaparecia depois de extirpado, ou que se alastrava para diversas partes do corpo levando à morte. Com a formação do mundo cristão, permaneceu a hipótese de que os tumores eram resultado do desequilíbrio dos fluidos, noção que se manteria até o século XVII.

O desenvolvimento da teoria celular no século XIX possibilitou a vinculação da doença às células e seu processo de divisão e confirmou que a metástase, como postulava Joseph Claude Anthelme Recamier no final do XVIII, seria resultado do transporte de células cancerosas pela corrente sanguínea ou linfática. O anatomista Wilhem Waldeyer (1836-1921), foi o responsável pela formulação dessa teoria, momento em que também informou que as células cancerosas se desenvolvem a partir de células normais (Teixeira; Fonseca, 2007, p. 15). Foram muitos os sucessos alcançados em relação ao diagnóstico da doença ocorridos a partir do século XVIII e início do XIX, contudo, as possibilidades de tratamento permaneciam ainda desconhecidas. Aos acometidos restava o internamento em hospitais onde esperariam a morte. A física e a química foram campos de investigação que colaboraram com a ampliação das possibilidades de intervenções contra o câncer. A descoberta dos Raios X em 1895 pelo físico alemão Wilhelm Konrad Roentgen (1845-1923), por exemplo, contribuiu para esclarecer diagnósticos e, posteriormente, os raios X, ou radioterapia, passaram a ser utilizados no tratamento cancerígeno, ainda que com ressalvas. Em 1889, a físico-química polonesa Marie Sklodowska-Curie (1867-1934), e seu marido, o físico Pierre Curie (1859-1906), descobriram elemento químico denominado rádio. Marie Curie descobriu que o rádio tinha efeitos cauterizantes sobre a pele e, a partir de 1904, os médicos passaram a experimentar

seu uso no tratamento de diversas doenças, dentre elas, o câncer (Teixeira; Fonseca, 2007, p. 17). A partir do aumento nas possibilidades de diagnóstico e tratamento, o câncer passou a ser uma doença melhor investigada e controlada.

O tratamento do câncer, que ocuparia a maior parte do envolvimento de Antônio Cândido com a medicina, no entanto, só se tornaria um problema médico de âmbito nacional a partir de 1920. Dos fatores contribuíram para esse novo olhar sobre o câncer, o primeiro foi a ampliação da capacidade da medicina frente a doença a partir do desenvolvimento de técnicas como a radioterapia (Teixeira; Fonseca, 2007, p. 42), e o segundo se deve a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, o DNSP (Lima, 2005, p. 37). No contexto que o Dr. Camargo atuava havia grande incidência de doenças como sífilis, tuberculose, hanseníase, febre amarela, gripe espanhola, varíola e cólera tornava essas moléstias prioridades dos governos. Os estudiosos do tema insistem que o desconhecimento dos próprios médicos acerca do câncer contribuía para a baixa notificação da doença. Ou seja, o número de pessoas afetadas era maior que o registrado. As notificações tornam-se mais expressivas a partir dos anos 1940, quando as instituições voltadas para o tratamento do câncer encontravam-se melhor estruturas a ponto de solicitar medidas nesse sentido e serem atendidas pelo governo, sobretudo no período varguista. Haja vista que, naquela década, o diagnóstico e as terapias relativas ao câncer já se encontravam em níveis bem mais eficazes que no início do século.

Doutor Camargo trabalhou na cidade de Limeira até o ano de 1907 quando se transferiu para a cidade de São Paulo e, juntamente com o médico Baeta Neves, fundou o Instituto Paulista e atendia aos pacientes em seu consultório na Avenida Brigadeiro Luís Antônio (Begliomini, 2022). Três capitais Brasileiras tornam-se pioneiras no tratamento oncológico no início do século XX, sendo o Rio de Janeiro, então capital Federal; Belo Horizonte e São Paulo. Enquanto Rio de Janeiro e Belo Horizonte contam com o apoio financeiro governamental, a capital paulista investe em um instituto particular de atendimento (Teixeira; Fonseca, 2007, p. 54).

O envolvimento intensivo do Dr. Camargo com a causa do tratamento oncológico inicia-se em anos anteriores quando, a convite de Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho, médico fundador da Faculdade de Medicina Paulista, o Dr. Camargo tornou-se chefe, em 1916, da primeira Clínica Cirúrgica de Homens da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Nessa clínica desenvolveu tanto a prática cirúrgica quanto

o ensino e a pesquisa, até sua aposentadoria no de 1934. Dadas as especificidades de sua especialidade clínica, a cirurgia e o tratamento do câncer, Antônio Cândido de Camargo foi professor de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina de São Paulo, fato que leva o Dr. Hélio Begliomini registrar que ele tinha o seguinte posicionamento em relação ao aprendizado de seus alunos:

A leviandade nos estudos, como em todos os atos do homem, é de graves resultados e de consequências imprevisíveis. No dia em que a mocidade estudar, mas, estudando sem a preocupação exclusiva dos títulos profissionais, com o fito essencial de saber, dentro das noções precisas e exatas da verdadeira ciência, eu vos asseguro que a vida se aproximará bem mais da felicidade social. (...) Tudo que eu fiz em prol de meus discípulos, nada mais é que minha obrigação; além do mais, que maior alegria pode ter um professor do que ver seus alunos progredirem e vencerem na profissão (Beglimini, 2022).

A biografia traz ainda que Antônio Cândido de Camargo, juntamente com os médicos Antônio Prudente e Celestino Bourroul, motivados pelo aumento do número de óbitos por tumores malignos e lutando contra o preconceito e o medo à época de enfrentar essa doença, tiveram a ideia de fundar a Associação Paulista de Combate ao Câncer (APCC) em 1934. Em 10 de dezembro de 1934, por ocasião do jantar em comemoração ao 70º aniversário de Antônio Cândido de Camargo, ele foi aclamado pelo professor Antônio Prudente, o presidente da Associação Paulista de Combate ao Câncer. Eis um excerto do discurso que Camargo proferiu nessa efeméride:

Um estudo acurado e sério vos fará compreender a necessidade imprescindível de pôr sempre em prática estes grandes preceitos – o respeito consciente ao princípio da autoridade, a moralidade intransigente na vida cívica e a honestidade e proficiência na vida profissional. A generalização desta prática, destes princípios é o melhor dissolvente para as doutrinas que nos querem conduzir à inquietação e ao desespero social (Beglimini, 2022).

A fundação da Associação de Combate ao Câncer passou a divulgar dados sobre o câncer à população e, em 1936 foi escrito o primeiro estatuto da APCC, Associação Paulista de Combate ao Câncer. Entidade que somente no ano de 1943 recebeu os primeiros donativos no valor de 100 contos de réis, aproximadamente 12 milhões de reais, em valores atualizados. Dez anos depois, em 23 de abril de 1953, o Instituto Central, passaria a se chamar Hospital do Câncer A. C. Camargo, em homenagem ao próprio Dr. Camargo, falecido seis anos antes (Begliomini, 2022).

O Dr. Antônio Cândido de Camargo faleceu no dia 21 de janeiro de 1947, com 82 anos de idade. Aposentado há 12 anos, e reconhecido por seu trabalho junto ao

tratamento oncológico no Brasil, ele foi homenageado de diversas formas desde então. Algumas dessas homenagens foram a eleição para a Cadeira número 66 da Academia de Medicina Paulista e outras vieram na forma de nomes geográficos como a praça no bairro de Barra Funda em São Paulo; uma rua no bairro Jardim Piratininga na cidade Limeira e uma escola na cidade de Iracemápolis, ambos no Estado de São Paulo; assim como nomeia a cidade Doutor Camargo, localidade paranaense sob as lentes deste artigo.

#### IV

O expressivo número de locais que receberam o nome do Doutor Camargo demonstra a relevância que o médico parece ter tido para a sociedade paulista de meados do século XX. Como aventado no início do trabalho, toda essa expressividade, no entanto, não permite compreender de forma definitiva os motivos que levaram à eleição do nome do médico para o batizado do longínquo município paranaense. Não há uma correspondência entre a natureza do entorno para, diante de alguma peculiaridade local, tomá-la como referência para um possível nome geográfico. Não há na biografia oficial do médico ou na narrativa da Companhia, como expõe Dick, um envolvimento antropocultural entre os topógrafos, agrimensores e engenheiros da Companhia e o espaço onde o município de Dr. Camargo foi planejado. As únicas referências que indicam ter havido uma identificação entre o médico, a Companhia e o local onde foi fundada a cidade de Doutor Camargo encontram-se primeiramente, na Revista Histórica datada de 1984 digitalizada e disponível no site da prefeitura e, posteriormente, no trabalho acadêmico produzido por um grupo de professoras para o curso Normal Superior ofertado pela Universidade Estadual de Maringá no ano de 2009 e que parece ter utilizado a revista como referência.

A Revista dedica uma página inteira com foto do busto do médico e texto com informações presentes na biografia escrita por Hélio Begliomini às quais são acrescentados dados sobre Antônio Cândido ter sido frequentador assíduo da região Norte paranaense posto que era excelente caçador e, por esse motivo, costumava passar férias na região quando atendia à população e distribuía medicamentos trazidos em sua bagagem pessoal (Revista, 1984, p. 05). No trabalho acadêmico produzido em 2009 e intitulado “Caracterização do município de Dr. Camargo”, a

menção à escolha do médico como homenageado aparece quando o brasão municipal é analisado. Criado pelo professor Miguel Requena Filho no ano de 1973, o brasão traz ao centro o bastão de Asclépio o que explicaria a escolha desse símbolo como uma referência à profissão do Dr. Camargo. Informam no mesmo trabalho que o município teria herdado o nome do Dr. Camargo uma vez que ele fora um antigo médico da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Silva, 2009, p. 19).

A investigação realizada levou a diversas hipóteses acerca da eleição do médico como nome de cidade e a uma conclusão acerca da forma como a Companhia escolhia as denominações dos espaços geográficos ou urbanos sob sua tutela. Uma das hipóteses propõe que um ou mais membros da Companhia possam ter tido conhecimento acerca do trabalho desenvolvido pelo médico em prol da saúde no Brasil e sugerido seu nome para o batismo municipal; outra considera a possibilidade desses mesmos funcionários terem, por hábito ou por método, buscar nos obituários nomes de pessoas falecidas consideradas ilustres para o batismo de fundação de patrimônios e outros locais, prática presente na Companhia. Uma terceira suposição decorre do registro presente na Revista Histórica de 1984 que menciona o apreço do médico pela caça na região e seu trabalho no atendimento à população e a quarta decorre da análise do brasão municipal feita pelas professoras normalistas. Uma quinta hipótese encontra-se em processo de investigação e busca investigar, por meio de busca nominal em periódicos disponíveis na hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional vestígios de uma possível relação entre o médico, que também era empresário em diversos ramos, e membros da Companhia.

Isso posto, resulta argumentar que até o presente momento, não há, de fato, como afirmar com certeza quais teriam sido os critérios adotados para eleição do médico como nome geográfico e qual a relação do mesmo com a região, mas, é possível questionar os critérios utilizados pela Companhia para a promoção desse batismo. Em seu livro comemorativo a empresa registra que muitos nomes geográficos paranaenses guardavam referência ao dicionário guarani, a acidentes geográficos de países onde vinham os imigrantes, a hagiopônimos diversos, marcas de cigarro, nomes de namoradas e esposas de funcionários e a quadras (times) de futebol. Certamente, a utilização de nomes de namoradas e esposas de funcionários, quadras (times) de futebol ou de cigarros como referência para batismos demonstram, no mínimo, um descaso por parte da Companhia, sobretudo quando é sabido que a

empresa tinha conhecimento da forma como as nomenclaturas estaduais e nacionais eram realizadas. E, ao tentar homenagear determinadas personalidades, pecou por acreditar que os mesmos eram de conhecimento público e amplo, criando, dessa forma e, no mínimo, lacunas acerca dos motivos que levaram a essas escolhas.

Até mesmo a formulação teórica que considera escolhas personalíssimas como forma de demarcar espaços de poder e de criação de memórias específicas fica prejudicada diante da ausência de informações acerca dos homenageados. Não se descarta o fato de que a Companhia queira inserir-se nos movimentos que homenagearam o prestigiado médico e sua trajetória no trato da oncologia no Brasil, contudo, as informações presentes na Revista não mencionam essa importante característica do Dr. Camargo e sim, seu interesse em praticar a caça na região ainda coberta por extensa mata e fauna abundante e uma supostas generosidade em atender à população local em consultas e medicamentos. Simbolicamente o Dr. Antônio Cândido de Camargo não encontra representatividade entre os moradores locais que constantemente indagam sobre os motivos de sua escolha como denominação municipal. Resta prescrutar em que medida seria lícito que a população, em situações dessa natureza, pudesse escolher novos nomes para suas cidades, pois, como bem lembrou Antonio Pompeu de Toledo em artigo à revista *Veja* no ano de 2007, dar nome às cidades parece ser uma arte perdida a partir de meados do século XX (Toledo, 2007, p. 138).

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marta; DANTES, Maria Amélia M. O Serviço Sanitário de São Paulo, a Saúde Pública e a Microbiologia. In: DANTES, Maria Amélia M. (Org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 139.

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990, p. 12.

CARDOSO, Cezar Felipe. A terra não estava vazia e a mata não era virgem: a história da Fazenda Ubá no Vale do Ivaí-Pr (1853-1929). 184 f., 2020. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2020, p. 36.

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 35.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 255.
- DIAS, Reginaldo Benedito. A cidade e seus símbolos. In: FERREIRA, Jeanne Christine Versari; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. *As desventuras do planejamento urbano: o novo centro de Maringá (PR), do Projeto Ágora de Niemeyer à produção imobiliária do século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2022, p. 197.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: Teoria e Prática II. *Revista Trama - Volume 3 - Número 5 - 1º Semestre de 2007* - p. 141-155.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. s/l, s/d. Disponível em:  
<<http://www.filologia.org.br/revista/10/06.pdf>> Acesso 28 ago. 2023.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. *Acta Semiótica Et Lingvistica*. v. 7. n. 1, 1998, p. 99.
- LIMA, Nísia T. et al. *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Editora da FrioCruz/OPAS/OMS, 2005.
- LUPION, Marcia Regina de Oliveira. *Nas Águas de Lobato: a construção de um espaço social na zona rural de Lobato, norte do Paraná (1949-1973)*. 196 f. 2003. Dissertação (Programa de Pós-Graduação UEM/UEL), 2003.
- MARGALHO, Maurício Gonçalves. *Klabin: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951)*. 220 f., 2008. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008, p. 79.
- PRIORI, Ângelo. Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). *SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012. p. 138.
- SCICCHITANO, Hélio; QUEIROZ, José Queiroz. *São João do Ivaí a rainha do algodão, 1980*, p. 9 apud CARDOSO, Cezar Felipe. *A terra não estava vazia e a mata não era virgem: a história da Fazenda Ubá no Vale do Ivaí-Pr (1853-1929)*. 184 f., 2020. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2020, p. 37.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; FONSECA, Cristina M. O. (Coords.). *De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007, p. 13.

TOLEDO, Roberto Pompeu. Feiura e beleza nos nomes de cidades. *Veja*. São Paulo, p. 138, 17 out. 2007. (Ensaio).

VARGAS, Túlio. *O Maragato: a vida lendária de Telêmaco Borba*. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

VIEIRA, Ana Flávia Braun. *Para além do papel: o jornal O Tibagi e a construção do discurso fundador de Telêmaco Borba – PR*. [edição eletrônica]. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

VIEIRA, Ildeo Manso. *Jacus & Picaretas: a história de uma colonização*. Maringá: Bertoni, 1999, passim.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Estado do Paraná*: Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. n. 7. Curitiba/Paraná: 1968, passim.

#### Fontes

Begliomini, Hélio. Antônio Cândido Camargo. Disponível em <[https://historiapt.info/pars\\_docs/refs/12/11593/11593.pdf](https://historiapt.info/pars_docs/refs/12/11593/11593.pdf)> . Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Braganey. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/Brasil/pr/braganey/historico> > . Acesso em: 30 mai. 2022b.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Doutor Camargo. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/Brasil/pr/doutor-camargo/historico> > . Acesso em: 30 mai. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Guarapuava. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/Brasil/pr/guarapuava/historico> > . Acesso em 30 jun. 2022c.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Índice de Nomes Geográficos do Brasil. v. 1. Escala 1:1 000 000. Base Cartográfica Contínua do

- Brasil ao Milionésimo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv56282.pdf> >. Acesso 29 jun. 2022a.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. São João do Ivaí. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/Brasil/pr/sao-joao-do-ivai/historico> >. Acesso em: 30 mai. 2022f.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Telêmaco Borba. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/telemaco-borba/historico> >. Acesso em: 08 ago. 2024.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. São Jorge do Ivaí. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/Brasil/pr/sao-jorge-do-ivai/historico> >. Acesso em: 30 jun. 2022a.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Notícias. IBGE lança Banco de Nomes Geográficos do Brasil. 2011. Disponível em: < <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14097-asi-ibge-lanca-banco-de-nomes-geograficos-do-Brasil> >. Acesso 29 jun. 2022b.
- BRASIL. Lei n. 6.454, de 24 de outubro de 1974. Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6454.htm#:~:text=L6454&text=LEI%20N%C2%BA%206.454%2C%20DE%2024,p%C3%BAblicos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6454.htm#:~:text=L6454&text=LEI%20N%C2%BA%206.454%2C%20DE%2024,p%C3%BAblicos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias) >. Acesso em: 01 jul. 2022.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2. ed. São Paulo: Editora “Ave Maria” Ltda, 1977 [1975].
- DESPEDIDA de Vladimir Babkov – 1973. Disponível em: < <https://www.maringahistorica.com.br/index.php/2010/02/despedita-de-vladimir-babkov-1973.html> >. Acesso em: 19 jul. 2022.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. 3. ed. Cuiabá: J. C. V. Ferreira, 1999, p. 248.
- GUEDES, Rafael. História de Londrina. Disponível em: < <https://historiadelondrina.blogspot.com/2017/01/barbosa-ferraz-fundador-da-estrada-de.html> >. Acesso em: 28 ago. 2023.

REVISTA HISTÓRICA DE DOUTOR CAMARGO, 1984. Disponível em: <  
<http://www.doutorcamargo.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368kcb0&id=1587>

> . Acesso em: 30 mai. 2023, p. 05.

SILVA, Cristiane Aparecida de Grandi *et al.* *Caracterização do município de Doutor Camargo*. Doutor Camargo/Pr: Abril, 2009. Disponível em: <

[https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/26/280715150032\\_historicodedr\\_camargofinal\\_pdf.pdf](https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/26/280715150032_historicodedr_camargofinal_pdf.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2024.

TOLEDO, Roberto Pompeu. Feiura e beleza nos nomes de cidades. *Veja*. São Paulo, p. 138, 17 o